

Sustentabilidade e territorialidade: Fios que tecem a luta e a resistência das mulheres camponesas

Sustainability and Territoriality: Crafting the Fight and the Resistance of Rural Women in Brazil

Debir Soares Gomes*

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo**

*Graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará - UFC; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará - PRODEMA/UFC
End. eletrônico: debirgomes@yahoo.com.br

**Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora nos Programas de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente e em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará.
End. eletrônico: gemaesmeraldo@gmail.com

Recebido em 30.05.2014

Aceito em 06.08.2014

ARTIGO

RESUMO

O artigo é delineado a partir da análise de uma pesquisa realizada com base em estudo de caso no contexto dos percursos alcançados por ações de mulheres no assentamento Maceió, situado no município de Itapipoca, no Ceará. Trabalhando com as relações sociais e as estratégias de reprodução das mulheres rendeiras e camponesas, as categorias sustentabilidade e territorialidade vão sendo operadas para a compreensão de suas práticas e visões de mundo. Organizadas coletivamente, as mulheres produzem um valor material, mas, principalmente, simbólico, ao relacionarem seu trabalho artesanal com a territorialização e a sustentabilidade socioambiental do assentamento. Por meio de suas formas de inserção nos espaços de poder e de produção constituem novas identidades, promovem a participação e o autorreconhecimento no uso e ocupação da praia e do mar, na organização do assentamento, nos grupos de extração e beneficiamento de algas marinhas e nas lutas que envolvem a construção de territorialidades.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Assentamento Rural. Mulher Rendeira.



ABSTRACT

The article is outlined from the analysis of a case study research realized in the context of actions of women in the Maceió settlement, located in the county of Itapipoca, in the state of Ceará. Working with social relations and reproduction strategies of the lace-making and peasant women, the sustainability and territoriality categories are being operated for the comprehension of their practices and their world views. Collectively organized, they produce a material and mainly symbolic value, by relating their handicraft work to the territoriality and the socio-environmental sustainability of the settlement. Through their forms of inclusion into the spaces of power and production, they constitute new identities, promote the participation and the selfacknowledgment in the use and occupation of the beach and the sea, in the organization of the settlement, in the groups of extraction and beneficiation of seaweed and in the struggles involving the construction of territorialities.

Keywords: Sustainability. Rural Settlement. Lacemaker Woman.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender e valorizar os significados das ações coletivas realizadas por mulheres rendeiras e camponesas, fazendo destaque às especificidades que se objetivam nas relações que as envolvem e nas lutas para afirmação de seu território em condições de sustentabilidade para a reprodução das famílias assentadas. A análise das formas específicas de participação das mulheres se realiza com as rendeiras do assentamento Maceió, localizado na planície litorânea oeste do Estado do Ceará, a 60 km da sede do município de Itapipoca e aproximadamente a 200 km da cidade de Fortaleza, capital do estado. Em uma área de 5.844,72 hectares, as famílias receberam do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o documento da área denominado Imissão de Posse, no ano de 1985. Possui 354 famílias assentadas, e, entre assentadas e agregadas, vivem atualmente 900 famílias, distribuídas em doze comunidades.

Em relação aos ecossistemas encontrados, o assentamento destaca-se por ocupar espaços de terra, praia e mar, combinando o clima semiárido com os biomas caatinga e litoral aquático de água salgada (mar) e de água doce (lagoas e córregos).

O trabalho em questão é resultado de uma pesquisa realizada no período de março de 2012 a fevereiro de 2013 e, neste artigo, dá ênfase às teias de sentidos que organizam as ações no cotidiano coletivo das mulheres, em relação à sua participação no acampamento e no Projeto de Algas como projetos de construção do território camponês.

A metodologia de natureza qualitativa está delineada a partir do estudo de caso realizado no assentamento Maceió e faz uso de instrumentos como observação participante, diário de campo, nove entrevistas semiestruturadas e a participação em reuniões do grupo e em atividades políticas no assentamento, relacionando os dados coletados com leituras teóricas e de documentos. As entrevistas envolveram mulheres ligadas a três frentes de ações distintas do grupo (produção da renda de bilro, participação na organização do acampamento e no projeto Cultivo de Algas).

Essas mulheres autorizaram o uso de seus nomes e de suas funções durante a execução da pesquisa.

2 TERRITÓRIO AMEAÇADO X TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA

A especulação imobiliária, para a implantação de luxuosos empreendimentos turísticos, está crescentemente presente no Ceará, sobretudo na região litorânea. O potencial turístico deve-se tanto à beleza das praias de dunas e coqueirais, quanto à presença do artesanato local. A soma desses fatores torna a área um forte potencial para investimentos em *resorts*, hotéis e pousadas.

Os governos federal e estadual estão diretamente envolvidos no planejamento econômico incentivado pelo modelo de desenvolvimento que têm beneficiado o sistema capitalista e aprofundado desigualdades sociais. O discurso de “desenvolvimento” não se refere a um conceito clássico e não existe como um conceito abstrato. Estando permanentemente em disputa, é um campo político, que, no plano discursivo, está a serviço de um campo político hegemônico, que age a partir dos seus critérios, interesses, valores, relações de dominação e de poder constituídos.

Quando são propostos programas que visam ao desenvolvimento sustentável do turismo, é importante salientar que a palavra sustentável também pode assumir diferentes significados, e essas diferenças afetam a compreensão acerca da sustentabilidade no debate sobre o desenvolvimento e sua relação com a questão ambiental (ARROYO; SCHUCH, 2006). Ao se referir às mulheres rendeiras do assentamento Maceió, observa-se o princípio da ideia integral da sustentabilidade, compreendendo que não há como tratar as questões humanas e ambientais sem pensá-las dentro de um contexto de unicidade, ou seja, onde “o vínculo sociedade-natureza deve ser entendido como uma relação dinâmica, que depende da articulação histórica dos processos tecnológicos e culturais” (LEFF, 2007, p. 62).

As áreas de praia e mar do assentamento Maceió têm sido frequentemente colocadas em risco pela especulação imobiliária, ação liderada pelo empresário português naturalizado brasileiro Sr. Antônio Júlio de Jesus Trindade,¹ conhecido como Júlio Pirata, radicado na capital do Ceará, Fortaleza. Chega à região na década de 1980 e passa a ser conhecido pelas comunidades tradicionais da costa cearense por realizar grilagem de terras e ser responsável pela expulsão dessas comunidades. No ano de 2002, as famílias assentadas do assentamento Maceió são surpreendidas com a notícia da construção de um empreendimento turístico na área de praia compreendida até então pelos assentados como espaço de domínio e patrimônio da União. Munido de documentos “legais”, de compra da terra, Júlio Pirata inicia as obras com o discurso de incentivo à cultura e identidade regional e de oferta de emprego para a população assentada.

Mas os espaços da praia e do mar guardam significados diferentes para as famílias. O assentamento, tendo sido expressão de luta coletiva, de vivência de experiências





comuns, de construção de identidades e de aquisição de novas posições sociais, incorpora ressignificações positivas frente às propostas externas. Os assentados, como sujeitos sociais, já não compreendem, nem reconhecem todo elemento exógeno como aliado e em convergência com seus projetos de desenvolvimento.

O início das obras do empreendimento turístico explicita e potencializa relações conflituosas, e a disputa pelo território se faz compreender diante da perda da liberdade do acesso à praia e ao mar, fontes de lazer e de alimento, trazendo riscos imediatos para a reprodução familiar em base sustentável e autônoma. O meio ambiente é também alterado com o desmonte de algumas dunas móveis e fixas, descaracterizando a paisagem natural e agindo no desequilíbrio do campo das dunas. A construção e o fortalecimento de um modo de vida camponês estão em jogo no assentamento, que requerem modos de convivência integrada, a liberdade de sua mobilidade, em relação harmoniosa com a natureza.

Algumas famílias que já ocupam espaços de representação do assentamento criam condições de visibilidade dos conflitos e de possibilidades para mobilizarem energias e entrarem na luta de forma equilibrada. Buscam a mediação junto a movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONG) que atuam na região e no Estado. Com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da ONG Terramar, solicitam uma visita técnica de professores da Universidade Federal do Ceará (UFC), que realiza vistoria técnica e identifica irregularidades ambientais no projeto do empreendimento turístico. A ação de mediadores favorece e amplia o campo de lutas dos agentes sociais, e o documento técnico é utilizado como elemento legal junto ao Ministério Público Federal para dar sentido jurídico à luta pela reterritorialização da praia e do mar, e exigir a anulação do documento de compra de posse do empresário. Argumentam ainda o uso coletivo da área de forma sustentável pela população assentada, respaldados nos artigos 20 e 26 da Constituição Federal de 1988, que define o mar territorial como bem da União e da Marinha. Mas a pressão dos agentes sociais organizados e de seus mediadores encontra uma multiplicidade de fatores que entram no jogo da disputa pela área. As intervenções do Estado e do poder jurídico com respostas “lentas” expressam seu caráter contraditório e submetido a projetos concorrentes, com relações de poder fortemente alicerçadas em práticas clientelistas e patrimonialistas em detrimento de uma atuação promotora da redistribuição de bens e de recursos com equidade.

Atuando em diferentes movimentos sociais e em redes de apoio de circulação estadual e nacional, as representações de homens e mulheres do assentamento participam do Fórum de Defesa Costeira da Costa do Ceará (FDZCC), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), e relacionam-se com mediadores oriundos de ONG, como o Instituto Terramar e o Centro de Estudos do trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), dentre outras entidades para ampliarem seus campos de luta e de força políticos.

O intercâmbio com comunidades como Caetanos de Cima, também afetada pelas ações do grupo Pirata, gera novas oportunidades para as famílias assentadas trocarem experiências e conhecimentos sobre outras formas de luta e para a reconversão de posições no campo político em construção. Embora procedimentos do grupo invasor, como oferta de trabalho e de viagens à Europa, provoquem divisões internas entre as famílias assentadas, algumas oportunidades são construídas para ampliar a força social e colocá-la em disputa.

Com o apoio direto de militantes do MST, as famílias adotam uma das estratégias políticas que se fez lema do Movimento: o ato de ocupar e resistir, que, de forma singular, constrói práticas e conhecimentos alternativos, experiências exitosas de conquista da reforma agrária de governo a se materializar em assentamentos rurais. Além do MST, contam com a colaboração estratégica da Via Campesina, do MONAPE, do Instituto Terramar, do MMTR-NE e de outras entidades para instalarem, no ano de 2007, o acampamento de “resistência” na praia como expressão de luta para a afirmação territorial e a demarcação de uma posição política frente ao conflito instalado no assentamento Maceió.

3 OCUPAÇÃO E ACAMPAMENTO: A FACE DAS MULHERES NA LUTA PELA RETERRITORIZAÇÃO DA PRAIA E DO MAR

As mulheres do assentamento Maceió acumulam lutas e enfrentamentos desde a década de 1980, quando participam da organização do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural no Ceará, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do movimento sindical.

Extrapolando as fronteiras do assentamento, as mulheres possuem participação ativa em movimentos sociais, fóruns e frentes de lutas, como o Fórum Cearense de Mulheres (FCM), o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe, a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as, entre outros espaços políticos. O aprendizado em rede a partir das vivências com outras mulheres, e a ação política das mulheres rurais por meio dos movimentos de mulheres, possibilitam conquistas e maior amadurecimento nos enfrentamentos contra as desigualdades. O papel dessas mulheres extrapola o perfil feminino rotulado pela sociedade; ou seja, elas conseguem superar a imagem de meras reprodutoras, mães, para atingir um *status quo* de sujeito social e político, despontando para uma nova existência, para uma condição do feminino que processualmente rompe com as fronteiras rigidamente demarcadas e segmentadas para o ser homem e o ser mulher. Embora havendo cisões no assentamento, na corrente de permanência dos modelos tradicionalmente incorporados, as rupturas têm sido relevantes e legítimas, admitindo a criação de pluralidades e a constituição de uma cultura de sujeitos coletivos de direitos.

Na direção do desenvolvimento sustentável como ressignificação da cultura (LEFF, 2006, p. 418), as mulheres rendeiras mobilizam-se como sujeitos políticos, articulando-se em redes e conexões, para lutarem pela manutenção de seu território.





Elaboram estratégias para construir um projeto de desenvolvimento com participação social e sustentabilidade a partir de suas potencialidades e vocações. Um desenvolvimento territorial endógeno (GUZMÁN, 2005), como se faz representar no depoimento de D. Dedê, integrante do Grupo de Mulheres Rendeiras Tecendo Sonhos:

A gente pensa assim, porque a gente vive nessa luta mesmo que a gente vive ali na praia qual é o pensamento da gente? É de quando vencer a gente fazer alguma atividade pra gente lá. [...] O futuro de nossos filhos que a gente sempre sonha é sobre essas conquistas mesmo que a gente vive lutando né, pra haver as conquistas das coisas que é pro futuro dos nossos filhos mesmo. [...] a gente quer várias atividades lá, mas que sejam do assentamento. (D. Dedê, 52 anos, 04/03/2013).

Trata-se, portanto, de pensar numa sustentabilidade a partir de um desenvolvimento endógeno, entendido quando a identidade local é respeitada, quando os elementos externos são incorporados por meio dos agentes locais de modo que não sofram agressões à sua lógica interna de funcionamento (GUZMÁN, 2005, p. 128).

Identificar e valorizar o potencial de um território, reconhecendo e, sobretudo, mobilizando os agentes sociais envolvidos, torna-se o desafio para as estratégias do desenvolvimento territorial. Aqui, considera-se o caso do assentamento Maceió como estando em ativo processo de desenvolvimento territorial, cujo conceito, para Pecqueur (2005, p. 12), “designa todo processo de mobilização dos atores que leve a elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”.

O vínculo sociedade-natureza se expressa no depoimento de D. Graça, liderança da comunidade Maceió, integrante do Grupo de Mulheres Rendeiras Tecendo Sonhos e do projeto Cultivo de Algas, sobre a importância de fazer parte da luta pela praia livre:

Pra mim representa tudo, representa a história dos mais antigo, porque nós temo o cemitério lá, meus irmãozin pequeno que morreram são tudo enterrado lá, porque os patrão não dava oportunidade de ter um cemitério pra nós, nós tinha que morrer e ser jogado pros urubus comer, [...] e aí na praia essa época, porque hoje tá muito cobiçada, mas essa época não tinha dono, podia fazer qualquer coisa na praia, e aí as família daqui fizeram um cemiteriozinho na praia, que o morro, as dunas enterra, às vezes desenterra, e ali pra mim significa tanta coisa: a história dos nossos antepassado, a nossa história. E deixar pra essa nova geração, essa que tá atuando hoje e as outras que vem aí, porque nós ainda caminha pelo mesmo rastro dos nossos pais [...] Nossos passos não são em vão não. (D. Graça, 64 anos, 23/07/2013).

A dimensão simbólica e espiritual do território em disputa faz-se compreender pela necessidade de conservação do espaço da praia como lugar de proteção dos rastros e da história de seus ancestrais. D. Graça, ao nomear o cemitério como lugar de memória, afirma a praia como espaço de existência social de grupos reais que sofrem violência nos seus processos de autorreconhecimento e de territorialização. A expressão dos significados da terra e do mar para as famílias, e o receio de perdê-los, refletem os riscos que ameaçam o sustento da vida e da própria existência.

As mulheres somam-se ao acampamento integrando sua prática de confecção da renda de bilro, atividade artesanal de forte tradição cultural, à luta pelo espaço em conflito e atuando também na coleta e transformação de algas marinhas. Organizadas de forma coletiva no Grupo de Mulheres Rendeiras Tecendo Sonhos, desde 2000, as mulheres se inserem em lutas de natureza política, econômica, social e ambiental a partir da compreensão dos conflitos de interesses pelo uso dos recursos ambientais do assentamento. O grupo é formado por trinta mulheres e possui atuação coletiva em três ações distintas: a primeira envolve a manutenção da cultura da renda de bilro, ofício repassado de mãe para filha; a segunda se dá na defesa da praia livre por meio da ocupação e permanência no acampamento construído na faixa litorânea ameaçada pela especulação imobiliária, e a terceira envolve o planejamento e execução do projeto produtivo para o manejo e cultivo de algas marinhas, outra atividade tradicional da região.

A partir da ocupação realizada em fevereiro de 2007, as mulheres criam um sistema organizativo para dar objetividade ao acampamento, que funciona com três grupos: Grupo de Cima, Grupo do Meio e Grupo de Baixo. O nome dos grupos é definido tendo como base a localização geográfica das casas das famílias envolvidas. O sistema organizativo se constitui para as famílias em um novo exercício de fazer política. Suas normas regem a divisão por grupos, influenciada pelas experiências das mulheres, pelos laços de amizade, pelas vivências anteriores e pela proximidade das moradias. O dia-a-dia no acampamento reflete o compromisso das mulheres rendeiras a favor da praia e da manutenção de um lugar de reprodução familiar. A luta não é simplesmente por mais terra, mas pela conservação da identidade do assentamento, do espaço geográfico como reprodução de vida das famílias, além da conservação do bioma local, ameaçado pela implantação do empreendimento turístico.

Cada grupo é responsável pela vigília do acampamento, por um período de aproximadamente 12 horas. No período noturno, observa-se a presença dos homens junto com as mulheres; mas, durante o dia, a vigília é feita na maioria das vezes apenas pelas mulheres. Na manhã, elas dirigem-se ao acampamento munidas de mantimentos para as refeições do dia, já definidos e divididos previamente entre elas. De maneira compartilhada, as mulheres mantêm o espaço limpo, em ordem, cozinham, realizam suas refeições e passam o dia a conversar e tecer a renda. O saber-fazer orientado às tarefas do trabalho doméstico que, realizado na casa/quintal não é reconhecido, no acampamento passa a ter significado político e fortalece nas mulheres o caráter participativo na luta que sendo um lugar público;



espaço fora do mundo casa/quintal, ressignifica o trabalho feminino, assumindo um status de natureza política e econômica. É valorizado, visibilizado e qualificado social e economicamente.

As relações de solidariedade fazem parte do cotidiano doméstico das mulheres e, tanto no espaço familiar como no espaço do acampamento, possui um sentido estratégico para garantir a reprodução dos membros de suas famílias e do assentamento. Nesse caso, as expressões de solidariedade ganham sentido novo com a permanência na praia, para fortalecer a luta pelo direito de seu usufruto.

No final da tarde, elas retornam para suas casas, enquanto outra equipe se organiza para passar a noite. O acampamento Nossa Terra é um espaço de socialização, aprendizagem e visibilidade política da organização das famílias assentadas, que fortalece os laços de amizade, o sentido de luta e de garantia do território para as gerações futuras. A fala de D. Conceição (integrante do Grupo de Mulheres Tecendo Sonhos e professora da Escola do Campo Nazaré Flor) relata o significado da ação de acampar, da importância de estar no acampamento e fazer parte dessa luta:

Representa tudo né, representa uma... além da gente tá em defesa né, defesa de nosso território, também representa o que é a gente. Se a gente não tivesse o acampamento lá na vigília lá, algumas coisa já teriam sido construída, pra mim ele representa tipo barrar, tipo como se ele lá fosse o verdadeiro impedimento, porque quando a gente tava aqui e não tava lá, era só nossa luta e ele lá, a gente dava fé, tinha acontecido alguma coisa, tinham feito alguma coisa, fazendo alguma coisa, e a gente não tava vendo, não tava podendo impedir, tipo assim ligar pra alguém: "olha, tá construindo tal coisa!". E a gente lá, era como se fosse assim, uma barreira na continuidade do projeto deles, um sonho que a gente quer, que ele realmente não construa, então o acampamento é esse muro, essa ferramenta da nossa resistência. (D. Conceição, 33 anos, 22/07/2013).

O conceito de território em Haesbaert (2011, p. 41) é pensado a partir de dois binômios: o binômio materialismo-idealismo e o binômio espaço-tempo. Assim, partindo do binômio materialismo-idealismo, percebe-se que as mulheres rendeiras compreendem a construção do território camponês pela dimensão material, quando reconhecem, por meio da luta, o ambiente como constituinte da vida camponesa. Do mesmo modo, pela dimensão econômica, quando tecem, em suas ações coletivas, uma economia distinta da economia clássica, pautada nas sociabilidades, na reciprocidade e na solidariedade por meio da produção da renda de bilro e de coleta e transformação da alga marinha. Observa-se que, para essas mulheres, as dimensões política e cultural também estão presentes na concepção de território, demonstradas pelas lutas e reivindicações por direitos, bem como pela manutenção da cultura das tradições camponesas. As mulheres rendeiras possuem uma visão integradora de território, pois consideram que os impasses e dificuldades que alimentam a luta camponesa envolvem conjuntamente todas as dimensões.

Partindo do binômio espaço-tempo, entende-se que as mulheres rendeiras enfatizam, em suas falas e ações, uma dinâmica relacional, percebendo o território não apenas como uma entidade físico-material, um objeto disponível para uso, mas social-histórica, em que o modo de vida das famílias assentadas está historicamente circunscrito nos espaços geográfico e de vida e nas relações sociais da comunidade. Para elucidar isso, tem-se a discursiva de D. Inês (integrante do Grupo de Mulheres Tecendo Sonhos e participante do projeto Cultivo de Algas):

A importância da gente tá no acampamento por uma luta da gente mesmo, por amor que a gente tem das coisas da gente mesmo, tem que ser junto mesmo né. [...] E eu gosto da luta, tô indo, passei até uns dias sem ir, mas se eu não fui é porque não posso mesmo, mas eu gosto dessa luta, de tá no meio da luta mesmo, tá no trabalho, tá no Projeto das Alga nem que eu não tenha tempo, é porque eu gosto, eu vou pro acampamento agora não é nem porque eu posso ter tempo é porque eu gosto de ir, se eu pudesse ir todo dia, melhor seria. (D. Inês, 40 anos, 23/07/2013).

As mulheres rendeiras, assim como os homens, reconhecem a luta do acampamento como resistência de algo que faz parte deles, do território que é parte constituinte da vida de cada uma das famílias. Essa visão é condizente com ideias de Haesbaert (2011, p. 82-83) sobre ser o território compreendido em uma perspectiva relacional, tendo como uma de suas características sua historicidade. Por isso, ele considera “o território ou a territorialidade um constituinte inerente a todo grupo social, ao longo de toda sua história, é imprescindível diferenciá-lo na especificidade de cada período histórico”.

Na história de luta pela terra, quando as famílias ainda eram moradoras e resistiam em favor da desapropriação da terra e constituição do assentamento, observa-se, pelos relatos, que todas as famílias, direta ou indiretamente, estavam engajadas com a reterritorialização do território de vida. Entretanto, na atual luta pela praia, algumas famílias assentadas foram envolvidas pelo discurso modernizador no “jogo de ideias manufaturadas e impostas” (SANTOS, 2007, p. 33) e se manifestaram contra as formas de intervenção das mulheres que se opõem à lógica do capital e ao desenvolvimento exógeno. Diante da polêmica quanto à luta e à resistência, os sujeitos do acampamento buscam expor os modos e riscos que supõem trazer prejuízos para as famílias caso se efetive o projeto turístico. Argumentam que podem perder as condições de pesca e, em consequência, o peixe que alimenta as famílias, e podem também advir riscos com novos hábitos vinculados ao uso abusivo do álcool e de drogas.

Entretanto, mesmo com as ameaças apresentadas no intuito de convencer as famílias que estão a favor da construção do empreendimento turístico, é necessário compreender e pensar que a realidade das mulheres rendeiras está integrada a um modelo de sociedade de caráter capitalista e globalizada, ratificando a ideia de Pelbart (2003, p. 81) ao afirmar que se vive “no tempo do Império”. Um tempo de um novo tipo de processo de dominação – descentralizada e desterritorializada,





em que o assujeitamento “penetra fundo na vida das populações, nos seus corpos, mentes, inteligência, desejo, afetividade”.

A discussão sobre desterritorialização a partir do entendimento das mulheres rendeiras sobre território camponês significa, como enfatiza Haesbaert (2011, p. 258), que o processo de desterritorialização está sempre associado, de sua contraparte, à territorialização, ou seja, não existe desterritorialização como processo distinto, dissociado de territorialização, “ou, pelo menos, o que é evidenciado por alguns como a mais violenta desterritorialização, para outros pode ser visto como a territorialização mais extrema”.

O que é atribuído por meio do incentivo turístico não representa, de fato, uma territorialização, mas é considerado pelas mulheres rendeiras como desterritorialização, no sentido de ser imposto por outros contra a vontade, além de indicar perda de domínio dos espaços de mobilidade dos sujeitos do campo, processos de precarização social e “relação de exclusão (ou de inclusão precária) na ordem socioeconômica capitalista” (HAESBAERT, 2011, p. 250).

Na sociedade de controle em que os dispositivos disciplinares foram substituídos por novas modalidades de controle, o regime geral de dominação da vida, chamado de “biopoder”, faz com que os próprios sujeitos, após interiorizarem os comandos, entrem em um estado de alienação autônoma, controlando as consciências e os corpos dos sujeitos e cruzando as relações sociais (PELBART, 2003, p.86). A forma de dominação da vida, que Pelbart (2003, p. 82) chama de biopolítica, não apenas restringe, pune ou reprime, como na sociedade disciplinar, mas “se encarrega positivamente da produção e reprodução da própria vida na sua totalidade”.

Com essa forma de dominação, as pessoas podem ser desterritorializadas na mobilidade, pelo fato de serem expulsas de seus territórios, mas também por meio da “imobilização”, quando “os “limites” de seu território, mesmo quando mais claramente estabelecidos, podem não ter sido definidos pelo grupo social – e, mais grave ainda, quando está “sob o controle ou o comando de outros” (HAESBAERT, 2011, p. 237).

Deste modo, mesmo permanecendo no assentamento, estar sujeito ao trabalho oriundo do turismo exógeno é uma forma de se desterritorializar na imobilidade, uma desterritorialidade *in situ*, “bastando para isto que vivenciem uma precarização das suas condições básicas da vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural.” (HAESBAERT, 2011, p. 251).

Entretanto, no mesmo regime biopolítico, a vida, além de ser atingida de uma maneira nunca vista, também revela-se de forma inédita. A potência de vida é manifestada nas linhas de fuga criadas pelo “corpo biopolítico coletivo, em seu misto de inteligência, conhecimento, afeto, desejo” (PELBART, 2003, p. 84). Esse corpo biopolítico chamado de “multidão” opõe-se à massa quando se revela plural, heterogêneo e multidirecional, driblando as estratégias imperiais. Por meio das

novas mobilidades planejadas pela resistência ativa da multidão, transbordam alternativas em que a biopotência constrói

No não-lugar que as desconstruções das últimas décadas deixaram e no vazio que o Império produziu, um lugar novo, a partir da sinergia da multidão, tecendo ontologicamente novas determinações do humano, de vida (PELBART, 2003, p. 88).

A resistência ativa construída coletivamente, no acampamento, revela que o território camponês das famílias assentadas é formado pela praia, pelo mar e pela terra. A praia, assim como o mar, é território de sustento, de sobrevivência; e perdê-la representa perder a mobilidade, o vínculo com a terra, com o peixe do mar, o coco da praia, o lazer e a relação com a natureza. É perder a liberdade. Para as mulheres rendeiras, o modelo de desenvolvimento proposto por meio do incentivo a um turismo de elite, em detrimento do turismo comunitário, é considerado uma tentativa de recolonização e de desterritorialização – destituindo, desse modo, as famílias do seu território.

Haesbaert (2011, p. 127-129), em reflexão sobre as características da desterritorialização, ressalta que os territórios são constituídos de movimentos de territorialização e desterritorialização, que se repetem numa relação pela qual se exerce um controle. Desse modo, os territórios “originais” são constantemente interrompidos e refeitos, no “movimento concomitante e indissociável entre desterritorialização e reterritorialização” realizado na mobilidade ou na imobilidade dos sujeitos.

Portanto, por meio da característica indissociável de des-re-territorialização, é que a luta das mulheres rendeiras e camponesas remete à reterritorialização do território, que “implica um movimento de resistência – à desterritorialização imposta pelo movimento de territorialização comandado por outros” (HAESBAERT, 2011, p. 263). Compreendendo que a mobilidade pode agregar reterritorialização na construção de um desenvolvimento endógeno por parte da comunidade do assentamento Maceió, as mulheres rendeiras, munidas de suas almofadas contra um turismo que se diz “sustentável”, mas entendido por elas como predatório, saem de suas casas e acampam à beira-mar como forma de garantir visibilidade por parte dos órgãos governamentais e da sociedade em geral.

A praia tem-se configurado em espaço de disputa política e socioambiental, um espaço de resistência, como bem nos elucida Leff (2000, p. 31) sobre o que marcam tais tipos de conflitos ambientais:

por interesses pela apropriação da natureza como fonte de riqueza e suporte de práticas produtivas. Nesses processos, os conhecimentos e os saberes jogam um papel instrumental ao potencializar a apropriação econômica da natureza; mas também jogam como saberes que forjam sentidos e que mobilizam a ação com valores não mercantis e para fins não materiais nem utilitários.



A contribuição das mulheres tem sido essencial para a proteção ambiental. O acampamento favorece, portanto, a revitalização da praia, mediante o fortalecimento da luta e da resistência, assim como amplia e fortalece as práticas solidárias e sustentáveis pensadas, segundo D. Ana (liderança da comunidade Maceió, integrante do Grupo de Mulheres Tecendo Sonhos e do projeto Cultivo de Algas), no “bem de todos”:

Proteger a natureza né, nós que, eu acho, que é o único lugar do mundo, do estado do Ceará que ainda tem uma praia livre da poluição é a nossa praia. Sempre a gente lutou pra preservar a natureza. [...] Eu acho que quando a gente ta numa luta né contra uma coisa que vem destruir a nossa natureza, as nossa duna, a nossa praia, eu acho que nós tamo lutando em favor do meio ambiente, tamo lutando por um mundo melhor. É isso que eu acredito (D. Ana, 54 anos, 03/03/2013).

O mar, a praia e seu entorno, morros, dunas e coqueirais, expandem-se em significados ao incorporar sentidos que geram um jogo de forças na construção do lugar. A prática colabora para que as famílias assentadas experimentem novas formas de promoção do desenvolvimento sustentável no assentamento, agregando renda familiar, valorizando a cultura com o seu modo de vida tradicional e a natureza, como afirma D. Ana ao relacionar a luta com a conservação do ecossistema.

Constituindo-se como uma jornada de lutas, o acampamento é também lugar de reuniões e de realizações de eventos. Importante acontecimento realizado no acampamento é a Regata Ambiental de Paquetes da Praia do Assentamento Maceió, que, desde 2011, mobiliza as mulheres rendeiras e as famílias envolvidas na luta pela praia. A iniciativa perpassa pelo entendimento de garantir a ocupação da área, atuando na luta pela defesa da praia e pelo direito de ir e vir, ameaçados pela especulação imobiliária. Realizada pela Associação de Cultivadores/as de Algas do Assentamento Maceió (ACALMA) e com o apoio dos grupos de jovens e mulheres do assentamento, de outras entidades e movimentos sociais parceiros como o MST, a Via Campesina, pelo Sindicato dos Comerciantes de Fortaleza e a ONG Terramar, a Regata é compreendida como um alimento ideológico para a manutenção do acampamento e a divulgação dos saberes emergentes e de práticas dessa luta. A Regata colabora para que as famílias assentadas experimentem novas formas de promoção do desenvolvimento sustentável no assentamento, agregando renda familiar, preservando a cultura local, o modo de vida e a natureza. É ainda uma ação política voltada para fortalecer o sentimento de pertença do território compreendido como espaço representativo e legítimo à reprodução da vida camponesa. Embora importante e estratégica no processo de resistência, a Regata não está sendo tratada neste artigo.

O acampamento imprime também uma ação afirmativa dessas mulheres inseridas em espaços constituídos com sua participação ativa. Nesses espaços, as mulheres

desarticulam condições anteriormente construídas do “ser mulher” e constroem outros espaços que ressignificam suas existências e importância.

Para Woortmann (1991, p. 28),

O espaço das mulheres não é apenas uma categoria cultural do pensamento. Ele é também um ambiente. Este ambiente é um espaço total composto por espaços específicos articulados entre si pelas atividades da mulher. [...] a mulher não articula apenas relações sociais, mas também relações espaciais. A história dessas mulheres é, em boa parte, a história da desarticulação desses espaços. Se o espaço é um ambiente, um ecossistema, ele não é apenas um ambiente natural, dado, mas um ambiente cognitivamente apreendido e culturalmente construído. Como ambiente construído, é um espaço “significado”, cujo uso social lhe atribui um sentido. A noção de ambiente inclui, então, as relações sociais e a cultura que fazem da “população” desse ecossistema uma sociedade.

Os aprendizados vão somando-se com a superação das dificuldades cotidianas, constituindo o acampamento como um lugar de significados para a organização das mulheres rendeiras, na formação de uma consciência crítica e na mobilização política dessas mulheres. O acampamento possibilita diferentes espaços de participação e aprendizagem, nas assembleias, oficinas, agendas de reivindicações, e, à medida que o debate das pautas de luta é constituído, oportunizando o entrosamento, conhecimentos e experiências e tornando visível o empoderamento feminino por meio da formação de uma consciência crítica.

O processo de aprendizagem coletiva oportunizado às mulheres por meio do acampamento manifesta uma prática educativa que tem como base as suas vivências individuais e coletivas. Na resistência política a um grande empreendimento capitalista, as mulheres colocam em evidência significados que permitem o debate e a análise da constituição das suas identidades enquanto mulheres historicamente marcadas pela exclusão, revelando-as como sujeitos da história. No acampamento, as mulheres rendeiras estabelecem territorialidades e, quando indagadas “se já pensaram em abandonar a luta”, deixam claro que essa atitude seria desarticular todo o grupo, além de pôr em jogo o futuro das famílias assentadas.

Assim, por outro modelo de desenvolvimento, as mulheres se inserem na luta a favor de territorialidades, uma reterritorialização por meio da ocupação da praia, com a formação do acampamento e a implantação do projeto Cultivo de Algas.

4 PROJETO DE ALGAS: EM DEFESA DA PRAIA, DO MAR E DA COMUNIDADE

O projeto Cultivo de Algas do Assentamento Maceió (CALMA) é executado a partir de 2010 com recursos financeiros do Projeto São José e o apoio da ONG Instituto Terramar. Envolve 24 famílias, homens e mulheres de diferentes gerações, organizadas na Associação de Cultivadores(as) de Algas do Assentamento Maceió





(ACALMA). O modo tradicional da colheita da alga realizado pelas famílias da região faz parte de um saber transmitido ao longo das gerações. Por meio do projeto CALMA foi adaptado e potencializado com o uso de tecnologias sustentáveis de plantio, colheita e processamento.

Vendida anteriormente apenas *in natura*, a espécie da macroalga *Gracilaria birdiae* hoje é cultivada em balsas dispostas em alto mar, presas em módulos flutuantes de 5 metros cada, chamados de mortadelas. O projeto possui um total de oito balsas, e cada balsa possui 50 mortadelas, possibilitando um cultivo de 150 kg de algas marinhas por plantio. As algas vendidas de forma desidratada têm utilidades no mercado de cosméticos e para uso em pratos da culinária de restaurantes turísticos da orla litorânea da região. O cultivo de algas torna-se uma alternativa tecnológica diferenciada para a aquicultura sustentável, fortalecendo o desenvolvimento socioambiental e contribuindo para que a comunidade resista à grilagem, ocupando e produzindo na terra e no mar. Além disso, é perceptível a conservação da natureza, conforme a fala de D. Graça (liderança da comunidade Maceió, integrante do Grupo de Mulheres Rendeiras Tecendo Sonhos e do projeto Cultivo de Algas):

Fortalecer a resistência e preservar a natureza, porque aí tem os colhedor de algas, mas de uma forma que arranca com a raiz, e o cultivo, ele preserva, não se acaba. Nas Flecheiras tinha o mesmo projeto e se acabou, não existe mais, as algas nos banco não existe, e aí pra gente preservar os banco, porque aqui nós temos muitos bancos de alga e fortalecer nossa resistência e preservando essas dunas que pra nós é nossa vida, porque se nós não tiver essa parte da praia, da dunas não tem sentido viver aqui não (D. Graça, 64 anos, 23/07/2013).

As famílias envolvidas no projeto estão subdivididas em quatro grupos de trabalho. Cada grupo é responsável por duas balsas e por todas as etapas da produção, assim definidas: plantio, manutenção, lavagem, secagem, pesagem, estocagem, embalagem e venda. Com o projeto, verifica-se agregação de valor ao produto em que a comercialização passa a ser feita tanto da alga bruta, como de seu beneficiamento que agrega mais valor ao produto. Embora as mulheres rendeiras estejam mais envolvidas em algumas etapas produtivas, a participação das mulheres é perceptível em todo o processo produtivo. Todavia, a etapa em que se verifica a presença exclusiva das mulheres é a de beneficiamento da alga. É o caso da produção de alimentos como a salada, o *mousse* e os bombons, denominados pela comunidade de *cocalga*, produzida pelas mulheres envolvidas no projeto. Atualmente, tanto o *mousse* quanto a *cocalga* são produzidos e comercializados em eventos da comunidade.

A valorização econômica da produção é uma das expectativas almejadas pelas mulheres rendeiras e um dos motivos pelos quais as mulheres estão inseridas no projeto Cultivo de Algas. Como destaca D. Inês (integrante do Grupo de Mulheres Rendeiras Tecendo Sonhos, 40 anos, 23/07/2013), representa também ter uma renda

familiar extra, de posse da mulher, destinada segundo as escolhas dela e resultante de um saber-fazer reconhecidamente valorizado. D. Inês é uma das mulheres rendeiras que, desde criança, coleta algas e percebe no projeto a possibilidade de reconhecimento do seu trabalho, de sua valorização enquanto mulher e por meio do seu saber-fazer.

Contudo, é importante ressaltar que, com o projeto Cultivo de Algas, o trabalho antes invisível e sem valor de mercado passa a ter reconhecimento produtivo, e, com isso, aumenta a presença do gênero masculino na atividade antes considerada exclusivamente das mulheres. Com as mudanças provocadas pela entrada de tecnologia na prática pesqueira e também pela necessidade da incorporação dos produtos em redes de comercialização, as mulheres enfrentam novos desafios para se afirmarem nesses espaços que exigem conhecimentos específicos.

São questões novas, a se incorporar no mundo das mulheres e a serem enfrentadas para que estas possam alçar mudanças de posições seja nas relações conjugais, seja nos espaços políticos, que garantam autonomia, mesmo que relativa, como também mobilidade e reconhecimento. A família é ainda elemento constitutivo do padrão de atuação, de definição de suas funções e de sua organização. Historicamente, a participação produtiva da mulher fundamenta-se na unidade familiar, na conjugalidade, nos papéis sexualizados (NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 21). Nesse sentido, as experiências das mulheres rendeiras e camponesas do assentamento Maceió trazem novas possibilidades para romper com a dicotomia masculino x feminino. A luta e a participação no acampamento e no projeto Cultivo de Algas ampliam possibilidades de criação de mercados alternativos conduzidos por mulheres, relativizam o papel do provedor atribuído ao gênero masculino, oportunizam a conquista de lugares de representação delegada por seu grupo social para gerarem outras formas de fazer política e, por meio de novas competências, ampliam o acesso a recursos materiais e políticos.

Por isso, quando as mulheres adentram nos espaços produtivos, a finalidade não é apenas transformar as relações de produção ou a posse dos meios de produção. Abrindo rupturas, elas buscam incorporar uma nova humanidade que atenda à pluralidade e à diferença, na constituição de uma nova sociedade de bases econômica e simbólica, que considere a justiça, a solidariedade, a participação cidadã e autônoma. O trabalho realizado pelas mulheres rendeiras no projeto Cultivo de Algas impregna-se de elementos simbólicos. A produção de *mousses* e *cocalgas* aí realizada adquire valor imaterial e ganha múltiplos significados. Conforme D. Graça, “é importante que tenha a produção do Projeto, pra estimular mais o povo a ficar, porque quando tem um dinheirinho as pessoas se animam mais.” Porém, além dos interesses econômicos ou de reprodução familiar, permeiam elementos regidos por outra lógica, de ordem subjetiva, no plano dos afetos, dos sentimentos, das interações, visivelmente revelados no depoimento de D. Luzia (integrante do Grupo de Mulheres Rendeiras Tecendo Sonhos e do projeto Cultivo de Algas):



Significa que é bom demais a gente tá lá junto, o marido com as esposas lá no trabalho, porque envolve a família toda, os filhos também, tá todo mundo junto lá no trabalho. [...] A gente espera coisa boa do projeto, que seja uma maneira de pessoal tá mais junto, as família se juntar mais, geração de renda pra cada família, e também pela segurança da praia, porque sem este projeto as pessoas ficam na praia, só que é poucas pessoas que fica na praia. Mas com esse projeto vive muita gente na praia tanto homem como mulher, cada dia um grupo trabalha lá, cada dia tem um grupo lá trabalhando, ficando lá também. (D. Luzia, 43 anos, 23/07/2013).

Por meio da oportunidade criada pelas mulheres rendeiras e camponesas com a realização do projeto Cultivo de Algas, pode-se ainda enfatizar a relativização da centralidade do conhecimento atribuído ao gênero masculino, à percepção e si e de seu grupo familiar em processo de transformação nas posições sociais construídas historicamente para se darem de forma hierárquica e autoritária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais estabelecidas no assentamento Maceió evidenciam conflitos, pontos de encontros e de afinidades entre os sujeitos envolvidos na luta, e os interesses paradoxais travados nas relações entre as famílias assentadas e as entidades governamentais e o sistema capitalista. A interação entre as mulheres rendeiras ocorre por meio de elementos objetivos, como a busca pela complementação da renda familiar –mas, sobretudo, por elementos subjetivos e simbólicos, de acordo com seus valores de vida, modos de ser e suas experiências.

As evidências empíricas confirmam que as relações sociais são dinâmicas e que as ações coletivas das mulheres são ressignificadas de acordo com a ordem social instituída internamente pela dinâmica de vida dos sujeitos, ou seja, apropriando-se de uma forma de organização que é ressignificada de acordo com sua *práxis* e necessidade. A interação social entre as mulheres se reconfigura de acordo com o contexto social e histórico, as afinidades entre as pessoas e seus interesses comuns. Nesse sentido, a organização coletiva nascida da decisão individual de cada mulher é conduzida pelos eixos da solidariedade e reciprocidade; da articulação entre as famílias; da autonomia e da liberdade; do empoderamento. Essa nova organização provoca mudanças nas relações sociais da família e nas práticas sexistas, promovendo reflexão e análise coletiva dos problemas e proposições para uma organização efetiva dos territórios de resistência. A organização coletiva apresenta-se, portanto, singular e ao mesmo tempo dinâmica, pois se reconfigura por meio da relação com outras formas de relação familiar e coletiva.

O trabalho coletivo exerce uma importante influência na valorização, no reconhecimento e na importância do papel social da mulher na constituição e reprodução da vida camponesa. As mulheres estão mais presentes nos processos

de decisão, saindo da invisibilidade e passando a participar ativamente de programas de capacitação e de organização social. A ação coletiva das mulheres, por meio da renda de bilro, do acampamento e do projeto Cultivo de Algas, torna-se importante na construção de identidades territoriais na busca pela sustentabilidade que reconhece as mulheres como *ambientalistas, cultivadoras de algas e rendeiras* – contribuindo, assim, para a minimização das desigualdades sociais através da valorização das características peculiares da comunidade, pela garantia da continuidade das atividades de agricultura e pesca local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2005, p. 103-132.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPP JR., Arlindo. TUCCI, C. E. M. HOGAN, R. Navegantes. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. p. 19-51.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs). **Mulheres Camponesas. Trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

PECQUEUR, Bernard. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul**. RAÍZES – Revista de Ciências Sociais e Econômicas. v. 24, n. 1 e 2, jan-dez. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2005. p. 10-22.

PELBART, Peter Pál. Império e biopotência. In: PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 81-89.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

WOORTMANN, Ellen F. **Da complementaridade à dependência**: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Brasília, 1991. Série Antropologia. p. 111-145.

NOTAS

¹ Júlio Pirata falece no ano de 2011 e seu filho dá continuidade à especulação da área para fins de uso empresarial.

